



**Euro-Latin American Parliamentary Assembly
Assemblée Parlementaire Euro-Latino Américaine
Asamblea Parlamentaria Euro-Latinoamericana
Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana
Parlamentarische Versammlung Europa-Lateinamerika**



ASSEMBLEIA PARLAMENTAR EURO-LATINO-AMERICANA

Comissão dos Assuntos Políticos, da Segurança e dos Direitos Humanos

12.9.2012

PROVISÓRIO

DOCUMENTO DE TRABALHO

Participação cívica e democracia na América Latina e na União Europeia

Correlatora PE: **María Irigoyen Pérez (S&D)**

DT\910876PT.doc

PE101.025v02-00

PT

Unida na diversidade

PT

Participação cívica e democracia na América Latina e na União Europeia

I - Introdução

Na primeira década do séc. XXI constatamos que os governos, as instituições representativas, os partidos políticos e os movimentos associativos estão a perder uma parte do seu prestígio. Na Europa, os efeitos da crise económica e financeira internacional provocaram desemprego e agravaram as desigualdades sociais, particularmente nos países do Sul, vítimas da crise, resultante da dívida elevada e do crescimento reduzido. Na América Latina, a crise também afetou alguns países.

Pela primeira vez, ambas as margens do Atlântico estão a sofrer, em simultâneo, problemas políticos, económicos e sociais consideráveis. Na Europa, a integração abrandou, os nacionalismos, ou seja, o método intergovernamental, está a impor-se sobre a solidariedade. O método comunitário e o euro estão ameaçados. Cresce o desemprego e aumenta a insegurança social. Na América Latina, que há 30 anos vem consolidando um período de normalização democrática, persistem as desigualdades sociais. Infelizmente, a realidade mostra que a democracia representativa, por si só, não garante necessariamente a todos os cidadãos a prosperidade e condições de vida equitativas. Em ambas as regiões, os problemas por resolver desesperam muitos cidadãos, que começam a manifestar perda de confiança nas instituições políticas que os representam.

A crise financeira e económica internacional, o agravamento das desigualdades sociais, a corrupção, a insegurança, a violência e a ausência de resposta aos pedidos dos cidadãos estão a contribuir decisivamente para a animosidade contra a política e o descrédito dos políticos. Os cidadãos europeus e latino-americanos pedem que o sistema democrático seja melhorado. Existe um descontentamento no que respeita ao modo como a democracia é exercida hoje em dia. A democracia tem de melhorar, garantindo aos cidadãos os recursos necessários para exercerem os seus direitos cívicos e assegurarem o seu bem-estar. Nos últimos anos, desde a crise do Lehman Brothers, os cidadãos têm vindo a exigir maior participação na administração pública, e os mais descontentes manifestam o seu mal-estar relativamente à política através de organizações alternativas, de manifestações e de mobilizações de rua.

Como estimular a participação dos cidadãos na atividade política e recuperar o interesse pela política e a confiança nos políticos, com vista a melhorar o sistema democrático?

Para tentar responder a esta pergunta, detenhamo-nos em alguns conceitos.

1. Democracia e cidadania

Pode definir-se democracia como o sistema em que os cidadãos e as cidadãs decidem quem os governará através de eleições livres, plurais e transparentes durante um determinado período. O poder divide-se em poder executivo, legislativo e judicial - para além da existência de outros organismos com competências próprias - com equilíbrios e controlos entre si de

forma a garantir os direitos fundamentais dos cidadãos: direitos civis, direitos políticos e direitos sociais.

A democracia implica a supremacia do Estado de direito. Todavia, a democracia não pode limitar-se à participação nas eleições: a democracia tem de ser participativa, tem de dispor de canais de participação política com vista a melhorar a qualidade democrática. No relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2004¹, a democracia é definida como: "uma forma de organização do poder [...] que pressupõe a existência e o bom funcionamento de um Estado; o regime eleitoral é uma componente [...] fundamental da democracia, [que,] no entanto, [não se reduz à] realização de eleições. A democracia implica também o exercício de uma cidadania integral".

O conceito de cidadania é definido como sendo "um tipo de igualdade básica associada ao conceito de pertença a uma comunidade, o que em termos modernos é equivalente aos direitos e obrigações de que todos os indivíduos estão dotados por pertencerem a um Estado nacional"². O Estado deverá incluir, entre os seus objetivos, o alargamento do exercício da cidadania.

1.1. União Europeia

Um dos elementos fundamentais da democracia da União Europeia consiste na eleição direta dos deputados ao Parlamento Europeu desde 1979. Por outro lado, o Tratado de Maastricht (1992) criou a cidadania da UE. Estas disposições vêm reforçar o lançamento da primeira cidadania transnacional - a cidadania europeia - e responder aos anseios dos cidadãos da UE que, pouco a pouco, se foram afastando da construção europeia, como mostram os resultados dos referendos francês e holandês de 2005 sobre o Tratado Constitucional e a reduzida participação dos eleitores nas últimas eleições para o Parlamento Europeu (2009).

As iniciativas da Comissão Europeia para promover a participação apontaram nessa direção, tanto no *Plano D: Alargar e aprofundar o debate sobre a democracia participativa na Europa (2006)*, como na *Iniciativa de Cidadania Europeia (2010)*, que possibilitam aos cidadãos da UE a apresentação de propostas de iniciativa legislativa sobre um tema concreto objeto do seu interesse.

1.2. América Latina

Há pouco mais de trinta anos, só três países latino-americanos gozavam de regimes democráticos com processos eleitorais livres, plurais e transparentes: Colômbia, a Costa Rica e a Venezuela. Entre 1978 e 1988 desenvolveu-se o mais importante movimento de instauração constitucional de regimes políticos civis na América Latina jamais ocorrido. Nunca na América Latina a democracia se tinha espalhado tanto e por um período tão prolongado. Entre 1988 e 1998 verificaram-se progressos notáveis no que respeita aos direitos. Por fim, nos últimos dez anos consolidaram-se progressos económicos e sociais destinados a reduzir a pobreza endémica e a aplicar medidas de redução das desigualdades

¹ PNUD, *A Democracia na América Latina: "Rumo a uma democracia de cidadãs e cidadãos"*, Nova Iorque, 2004, p. 60.

² PNUD, *op. cit.*

sociais. A estes reptos juntaram-se outros, novos, como o da insegurança, da violência, do narcotráfico e da criminalidade organizada, bem como da emergência de outros poderes que tentam minar os poderes e as funções do Estado e, assim, limitar a qualidade da democracia. Atualmente, na América Latina, o debate não se divide, como no passado, entre democracia e autoritarismo, entre democracia formal e democracia real; trata-se, sim, de melhorar a qualidade da democracia, de como construir mais e melhor cidadania, de como conciliar democracia e desenvolvimento sustentável e equitativo.

A falta de equilíbrio entre os poderes do Estado e a exclusão social afetam a legitimidade e a eficácia da democracia. Neste contexto, os cidadãos começam a duvidar de que a democracia seja o melhor sistema de organização política e de que o seu funcionamento possa assegurar uma progressiva expansão da cidadania.

Uma sondagem de janeiro de 2011, realizada nos diversos países latino-americanos, revela que a maioria dos cidadãos exaltam a democracia como a sua forma de governo preferida, já que as percentagens se situam sempre acima dos 85% em todos os países analisados¹. Contudo, há que distinguir entre a preferência pela democracia como sistema político e a satisfação com o funcionamento das suas instituições. Os cidadãos mais satisfeitos com o funcionamento da democracia são os da Costa Rica, do Uruguai, da República Dominicana, do Panamá, do Brasil e do Equador. Em contrapartida, os cidadãos do Paraguai, do Peru, de El Salvador e das Honduras são os menos satisfeitos. É evidente a existência de uma deslegitimação importante das instituições políticas e é preocupante o facto de a falta de confiança afetar especialmente os partidos políticos, o poder legislativo e o poder judicial.

A democracia, o crescimento com equidade e a coesão social exigem como condição prévia o fortalecimento do Estado, das suas instituições democráticas e dos partidos políticos. Compete ao Estado criar as condições necessárias para que as medidas aprovadas sejam credíveis e eficazes e contribuam para o bem-estar dos cidadãos.

2. Participação cívica e partidos políticos

A participação dos cidadãos na vida política do seu país é condição *sine qua non* para a sobrevivência do sistema democrático. Para além de legitimar, através do voto, o poder dos eleitos, a participação cívica melhora a qualidade das políticas públicas, favorece a criação de consensos sociais e incrementa a legitimidade das decisões decorrentes das políticas públicas. Estabelece igualmente novas vias de comunicação entre representantes e representados na identificação das reivindicações sociais e no seguimento das decisões tomadas. Favorece o sentimento de pertença a uma comunidade política, na medida em que existe participação nos processos de definição das iniciativas que afetam os indivíduos. Fomenta a transparência e a prestação de contas por parte dos poderes públicos. Favorece um melhor conhecimento da complexidade da tomada de decisões relativas às políticas públicas e desenvolve a formação política da população. Gera ainda capital social e relacional, fortalecendo os processos de coesão social.

Por conseguinte, a participação cívica surge como um meio - incrementa a qualidade das

¹ Boletim PNUD/Instituto Ibero-americano, janeiro de 2011.

políticas públicas - e um fim - é causa e consequência de um reforço da estrutura social, e, conseqüentemente, de mais qualidade democrática. O objetivo último da participação cívica é o bem-estar dos cidadãos. Segundo o referido relatório do PNUD, "a cidadania representa o processo e a aquisição individual desses direitos". Temos por axioma que a participação dos cidadãos nas democracias contemporâneas obriga à existência de partidos políticos e que a democracia exige eleições regulares para as quais os partidos são indispensáveis.

Os partidos políticos são associações voluntárias de pessoas que, com base em valores ou ideais comuns e num diagnóstico razoavelmente partilhado sobre a situação presente e as perspectivas de futuro, canalizam as reivindicações dos cidadãos e impulsionam determinadas políticas públicas. Durante mais de um século, os partidos políticos exerceram um papel preponderante nas sociedades democráticas. Atualmente, com o triunfo da globalização e das redes sociais, muitos outros atores começaram a operar nas sociedades, entrando em concorrência com os próprios partidos políticos.

2.1. União Europeia

Na União Europeia, e também noutras zonas do mundo, assiste-se a uma participação política cada vez menor dos cidadãos. Esta tendência, que afeta particularmente os partidos políticos, é prejudicial para o sistema democrático moderno. Segundo Paul Whiteley¹, duas razões explicam este facto: os partidos políticos estão demasiado próximos do Estado e é difícil distinguir entre as funções representativas e executivas. Os partidos foram submetidos a um enquadramento jurídico que lhes outorga um estatuto quase oficial como parte do Estado. Como a vida interna dos partidos, incluindo as suas atividades externas, começa a ser regulada por lei, os partidos vão-se convertendo em organismos de serviços públicos. De facto, a sua autonomia e a sua capacidade de representação dos cidadãos ficaram muito mais reduzidas. *"By the end of the twentieth century, parties throughout Europe could mainly be characterized as governing organizations, or even as public utilities, while their representative role had become more marginalised and ineffective, or had been passed on to other agencies, movements and the media"*² (Em finais do século XX, os partidos europeus podiam ser sobretudo caracterizados como organizações governativas, ou mesmo como serviços públicos, enquanto o seu papel de representantes se tinha tornado mais marginalizado e ineficaz, ou tinha sido transferido para outros organismos, movimentos e os meios de comunicação social).

A segunda razão para o declínio dos partidos políticos é a importância crescente das novas formas de participação política que resultam das imensas alterações sociais e tecnológicas. Por exemplo, na Europa, o tema da proteção dos consumidores consegue um considerável efeito mobilizador quando muitos cidadãos decidem participar num boicote a certos produtos por motivos políticos ou éticos.

Se o cidadão duvida da eficácia política dos partidos tradicionais pela disparidade existente entre o seu programa e as suas ações, pode aumentar o abstencionismo eleitoral, o apoio aos partidos antissistema, a partidos minoritários com programas não só muito diferentes mas que

¹ *The decline of party activism and membership across the democratic world* em <http://ppq.sagepub.com/content/17/1/21>

² *Journal of European Public Policy*, Routledge, janeiro de 2010.

também podem entrar em colisão, ou aos movimentos populistas que realçam os problemas de governação em geral. Esta situação afeta os partidos políticos europeus a nível nacional e não, paradoxalmente, a nível europeu (com representação no PE), onde não se refletem, para já, os problemas atrás referidos.

2.2. América Latina

A natureza e a evolução dos sistemas partidários da América Latina variam muito com as diferenças históricas da política dos países da região. Em alguns deles, os sistemas partidários estão razoavelmente institucionalizados, enquanto noutros a organização partidária se mantém muito fraca. Todavia, os partidos políticos latino-americanos estão a atravessar uma situação paradoxal: foram agentes fundamentais da terceira vaga democrática e atualmente estão sujeitos a uma imensa crítica social e a um enorme desgaste. As sondagens (Latinobarómetro, 1995-2009) revelam que os maiores níveis de falta de confiança dos cidadãos se observam relativamente à administração pública e a duas das instituições mais importantes da democracia representativa: os partidos políticos e os parlamentos.

Apesar dos baixos níveis de confiança que exibem, os partidos políticos, que podem chegar mesmo a ser vistos como simples "máquinas eleitorais", continuam a ser considerados instituições com uma enorme capacidade de influência nas decisões governamentais. As Forças Armadas são, para os latino-americanos, a instituição pública que goza de maior confiança, embora nem por isso os cidadãos deixam de reiterar que elas devem estar ausentes das decisões do governo.

Como explicar esta falta de confiança nos partidos políticos? Entre as possíveis explicações, há a incapacidade dos partidos políticos de, uma vez instalados no governo, reduzirem o fosso da desigualdade social, garantir a segurança pública e cumprir as promessas eleitorais. E há também a ausência de propostas concretas para abordar as políticas públicas - a corrupção e as práticas clientelistas. Infelizmente, espalhou-se a imagem da relação dos partidos políticos com a corrupção, o tráfico de influências e a utilização do Estado como fonte de enriquecimento privado.

Estas razões - e outras - mais ou menos visíveis em alguns países podem explicar as reticências dos cidadãos na sua perceção de que a ação política individual pode, por vezes, não ter impacto sobre a eficácia política. Envolvimento pessoal na, ou afastamento pessoal da atividade política, eis dois aspetos fundamentais da avaliação que os cidadãos fazem da política e dos políticos.

3. Sociedade civil e outras formas de participação

O conceito de sociedade civil faz referência à decisão dos indivíduos de participarem de forma coletiva com vista a tomarem decisões de âmbito público que digam respeito a todos os cidadãos que partilham objetivos comuns e solidariedade fora das estruturas governamentais, tendo por meta o benefício comum.

De um modo geral, podemos definir a **sociedade civil** como o espaço onde se exerce a representação individual organizada em grupos - movimentos e indivíduos, voluntários e sem

fins lucrativos, relativamente autónomos do governo e do mercado, que trabalham com vista a melhorar a vida dos cidadãos e incentivar a construção de valores coletivos, criar associações e solidariedades que possam ter impacto sobre o destino da sociedade através de formas não tradicionais de representação política.

A Comissão Europeia afirmava no seu Livro Branco de 2001 sobre a governação: "A sociedade civil desempenha um papel importante, uma vez que expressa as preocupações dos cidadãos e proporciona serviços que vêm ao encontro das suas necessidades".

Assim, estão então incluídos na sociedade civil as organizações socioprofissionais, os grupos civis de defesa dos direitos humanos, os sindicatos, as ONG, etc.

A sociedade civil organizada (SCO) intervém por vezes em questões que os partidos políticos, por um lado, e os governos, por outro, consideram da sua exclusiva responsabilidade, o que pode gerar, por vezes, uma certa sobreposição de funções. Todavia, há muitos aspetos em que os partidos políticos e as organizações da sociedade civil se complementam. Frequentemente, a SCO emite ideias novas, promove a transparência governamental, bem como a avaliação dos resultados da gestão do governo, iniciativas estas que podem ser benéficas para o regime democrático.

O debate em curso sobre a sociedade civil está relacionado com a sua função de melhorar a representação dos cidadãos e incentivar a construção de valores coletivos e as maneiras como os cidadãos podem influenciar o destino da sociedade através da participação na esfera pública, do exterior ou complementarmente às formas tradicionais de representação política.

Desde os anos noventa do século XX e, em particular, desde o Tratado de Maastricht, que se fala do défice democrático na União Europeia. Preocupadas com este problema, as instituições europeias viram na sociedade civil um solução para a crise de legitimidade de que sofre a UE. A participação da sociedade civil organizada converteu-se num princípio básico da governação europeia, através da institucionalização de procedimentos próprios e fornecendo apoio material à organização transnacional dessa mesma sociedade civil. O reconhecimento da sociedade civil organizada europeia por instituições como a Comissão Europeia e o Comité Económico e Social Europeu (CESE) conferiu-lhe legitimidade, estatuto e subvenções.

3.1. União Europeia

A sociedade civil no seio da União Europeia está representada pelo CESE, a Assembleia Consultiva criada pelo Tratado de Roma de 1957. Por sua vez, para as instituições europeias, dar voz à sociedade civil é sinónimo de consultá-las. Neste sentido, foram introduzidas "padrões" democráticos: pluralismo, transparência, representatividade e prestação de contas das associações envolvidas. Apesar de, em teoria, todos os interesses dos cidadãos poderem estar representados na "sociedade civil organizada", na prática as associações que representam interesses públicos tendem a ser privilegiadas. Por isso, hoje em dia, se utiliza muitas vezes a expressão "stakeholders" em vez de sociedade civil. Os "stakeholders" converteram-se em sócios privilegiados da Comissão Europeia na governação europeia. Seja como for, a participação da sociedade civil a nível local, regional ou europeu constitui uma escola de democracia que instiga os cidadãos à participação política e contribui para a formação de uma

identidade europeia.

3.2. América Latina

As organizações da sociedade civil e as organizações não-governamentais conheceram um desenvolvimento considerável nos últimos anos na América Latina. Este facto é extremamente relevante, já que uma sociedade civil forte, capaz de gerar alternativas políticas e de controlar o governo e o Estado, pode ajudar a consolidar e aprofundar a democracia, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e justa.

Atualmente, pode observar-se uma tendência que contrapõe os partidos políticos às organizações da sociedade civil. Todavia, há muitos aspetos complementares entre os partidos e as organizações da sociedade civil. Frequentemente, a SCO emite ideias novas e desempenha um papel destacado na promoção da transparência governamental, bem como da avaliação dos resultados da gestão do governo. Uma maior participação cívica, através da SCO, não deve ser vista com uma competição com os partidos políticos. Os papéis da SCO e dos partidos políticos continuam a ser diferentes: participação cívica para a sociedade civil e representação para os partidos políticos. As formas de participação cívica através da SCO podem reforçar os laços entre representantes e representados. De facto, uma maior participação pode conduzir a uma melhor representação. Participação e representação não se excluem mutuamente, antes se complementam.

Desde os anos noventa que a sociedade civil começou a organizar-se, tendo em conta os seus diferentes interesses. Assim se constituíram os primeiros Conselhos Económicos e Sociais (CES), cuja definição consiste no seguinte: "Os conselhos económicos e sociais são órgãos consultivos compostos por representantes da sociedade civil organizada, sobretudo organizações empresariais e sindicatos, e cuja finalidade é a de orientar as políticas públicas em matérias sociolaborais e/ou económicas".

Os CES possuem as seguintes características comuns: são órgãos institucionalizados consultivos de natureza política, ou seja, não são organismos de carácter técnico que emitam pareceres imparciais; possuem uma função consultiva especializada em matérias sociolaborais e económicas; representam a SCO através da sua composição; constituem fóruns permanentes de diálogo social.

No âmbito dos diversos processos de integração regional na América Latina (SICA, CAN, MERCOSUL) foram constituídos vários organismos regionais que reúnem a SCO dos diferentes países. Na América Central existe, desde 1995, o comité consultivo do SICA, cujo objetivo é o de promover a participação ativa da sociedade civil no quadro da integração regional. No MERCOSUL, o Fórum Consultivo Económico e Social, criado em 1994, promove a participação da sociedade civil e a sua integração no processo de construção do MERCOSUL, destacando a dimensão social desse processo. No quadro da CAN, iniciou-se em 2006 a criação do Conselho Económico e Social da CAN, que deveria aglutinar os dois comités existentes: o Comité Consultivo Laboral e o Comité Consultivo Empresarial, criados em 1998.

4. Outras formas de participação

Na Europa, os cidadãos parecem estar à procura de processos mais diretos e não convencionais de representação democrática, como, por exemplo, a Internet (que pode abrir espaços de discussão de programas políticos, favorecendo a "democracia eletrónica"), as organizações de consumidores e as ONG, as manifestações públicas de protesto, etc.

Atualmente, os protagonistas políticos - tanto as formas tradicionais de representação política - os partidos, os governos e os organismos internacionais - como os representantes da sociedade civil e as "redes" - estão presentes "online". Não há dúvida de que a Internet pode constituir um poderoso instrumento de divulgação de novas questões da agenda política. A "Primavera Árabe" demonstrou perfeitamente qual pode ser o papel da Internet. Por outro lado, a Internet pode também exercer um papel fundamental no que respeita à transparência, facilitando o acesso do público aos documentos oficiais e contribuindo para a informação dos cidadãos. Na América Latina, com os progressos tecnológicos, os cidadãos começam também agora a estar melhor informados e a ser mais críticos. De facto, surgiram novas formas de participação de comunidades historicamente marginalizadas, como os indígenas e os afrodescendentes, embora a sua representação política continue insuficiente. O "Movimento dos Sem Terra" no Brasil, os produtores da folha de coca na Colômbia e os Zapatistas no México têm o mérito de ter trazido para o debate público importantes problemas sociais.

Esta crise de representatividade política, associada à crise económica e financeira, gerou movimentos de protesto na Europa, nos países árabes, nas Américas, etc. Evidentemente, os jovens de Tunis e do Cairo manifestavam-se contra as ditaduras que oprimiam os seus países, enquanto os seus homólogos da Porta do Sol (Madrid), da Praça Sintagma (Atenas), de Londres, do movimento Occupy Wall Street (OWS) de Nova Iorque, de Montreal ou de Santiago do Chile criticavam o funcionamento dos sistemas democráticos vigentes nos seus países, por considerarem que tinham deixado de dar resposta às prioridades da sociedade, pelo que era necessário mudar de rumo em direção a uma nova sociedade onde a vida humana fosse mais importante que os interesses políticos e económicos. Assim, não se tratou de uma rejeição do sistema democrático (tendência perigosa que pode levar ao caudilhismo e ao fascismo), mas de uma democratização da vida pública. Neste sentido, os referidos movimentos de protesto exprimiram-se através de estruturas participativas e horizontais, não centralizadas e sem uma liderança clara, onde as decisões são tomadas por consenso. Este processo de tomada de decisões, sem recurso ao voto, foi particularmente utilizado pelo movimento OWS. De facto, o consenso neste contexto não representa apenas a "unanimidade" considerada como a opinião que obtém o acordo de todos, mas uma "unidade", ou seja, uma verdade superior que se desenvolve a partir do exame das opiniões divergentes e que as unifica a todas.

O movimento OWC reivindica a representação de uma maioria da população (99%), que foi convertida em simples maquinaria destinada a enriquecer uma minoria (1%) da população que ostenta todo o poder político e económico. Assim, esses movimentos tomam iniciativas muito diversas e lançam manifestações e ações a todos os níveis: a habitação, o poder das multinacionais, as vendas internacionais de armas, as dívidas dos estudantes e a luta por uma educação gratuita e de qualidade, etc. A expulsão violenta dos manifestantes de Madrid, Londres ou Nova Iorque não abafou estes movimentos, que, pelo contrário, se têm retirado para os bairros onde continuam a levar a cabo ações menos visíveis mas eficazes: impedir a expulsão de famílias insolventes das habitações ou, inclusivamente, ocupar habitações ou

edifícios vazios.

Como melhorar a participação cívica?

Nas sociedades ocidentais - e na Europa em particular -, os cidadãos manifestam um desinteresse crescente pela adesão a partidos políticos e, além disso, o abstencionismo eleitoral continua a aumentar. Todavia, os cidadãos europeus manifestam-se a favor da democracia como sendo o melhor sistema político, mas, simultaneamente, tornaram-se mais críticos e pouco dispostos a comprometerem-se politicamente fora dos meios convencionais.

Insegurança, violência, pobreza e desigualdade provocam um sentimento de falta de confiança dos cidadãos nos poderes judicial, executivo e legislativo, bases do regime democrático. Uma sociedade que acredita pouco em quem a representa é uma sociedade que pode acabar desvinculada da democracia.

De acordo com o relatório do PNUD/OEA de 2010, as democracias latino-americanas precisam de: articular novas formas de participação política, a fim de equilibrar a crise da representação; reforçar a organização republicana do Estado, ou seja, a independência dos poderes, o seu controlo mútuo e as instâncias de prestação de contas; reforçar igualmente o poder político real do Estado, modernizando as suas organizações e dotando-as de recursos humanos e financeiros eficazes; por fim, avançar simultaneamente com políticas públicas eficazes nos domínios essenciais da fiscalidade, da coesão social e da segurança pública¹.

Que fazer para restaurar a confiança dos cidadãos nos valores democráticos na Europa e na América Latina?

Há que tomar medidas que incitem os cidadãos a participar ativamente na vida política, seja de que modo for: partidos políticos, sociedade civil, formas não convencionais de participação política. Os mecanismos de democracia direta, como os referendos, permitem que os cidadãos se pronunciem diretamente sobre as políticas públicas. Os referendos devem ser utilizados em casos pontuais, já que se trata de um procedimento extraordinário.

Um instrumento inovador foi o do "orçamento participativo", o qual foi utilizado pela primeira vez em Porto Alegre (Brasil) em 1989, e hoje continua a ser utilizado em mais de 15 000 municípios de todos os continentes. Por conseguinte, a Internet pode contribuir consideravelmente para uma revalorização dos aspetos políticos. Hoje em dia, torna-se igualmente necessária uma modernização dos meios de comunicação que proporcione uma informação clara e alargada, bem como uma legislação que limite os monopólios. Outro instrumento é o da implementação de mecanismos permanentes de controlo e transparência da administração pública, com vista à criação de um sistema sólido de prestação de contas que gere mais confiança entre os cidadãos.

Neste contexto, o recurso aos canais eletrónicos/redes digitais é extremamente benéfico ao permitir a expressão direta da opinião dos cidadãos. Assumem igualmente grande relevância a consulta obrigatória das minorias culturais, a proteção das minorias étnicas e a adoção de regulamentações e autorizações de construção em favor dos moradores.

¹ A Nossa Democracia, PNUD/OEA, 2010.

A tributação constitui um elemento central da redistribuição. Na América Latina, onde mais de um terço da população vive abaixo do limiar de pobreza, os impostos possuem uma importância ainda mais especial. Deles depende a possibilidade do cumprimento dos compromissos eleitorais, de o Estado poder cumprir os seus objetivos. Infelizmente, a tributação continua muito limitada na América Latina. É necessária uma política fiscal eficaz.

No que respeita à administração da justiça, é preciso, nomeadamente na América Latina, que a justiça seja rapidamente acessível para todos e que não haja impunidade. Na UE, qualquer cidadão ou grupo de cidadãos tem de ter a possibilidade de recorrer ao Tribunal de Justiça europeu quando se tenham esgotado todas as possibilidades de um processo a nível administrativo ou perante a Comissão Europeia.

Atualmente, a democracia já não pode ser exclusivamente representativa (eleitoral). No século XXI, tem de ser participativa. Entre ambas, existem duas formas possíveis: coexistência e complementaridade. Nos países ocidentais há essencialmente "coexistência", ou seja, coexiste um governo representativo a nível nacional com uma democracia participativa a nível local. Na América Latina, há experiências de complementaridade (o orçamento participativo, por exemplo), isto é, os governos de democracia representativa aceitam uma transferência de alguns dos seus poderes de decisão para o nível local/regional (democracia participativa).

Neste contexto, o regime democrático continua a ter futuro. O seu conceito básico não mudará, podendo, porém, as suas formas de aplicação variar no futuro, seguindo novos caminhos que tornem viável a expressão política das novas dinâmicas sociais e culturais da sociedade atual.